



DESPACHO n.º 16/2023

Alteração temporária do Horário de Trabalho Jornada contínua durante o verão

Joaquim Bernardo dos Santos Diogo, Presidente da Câmara Municipal do Crato, no uso da competência própria prevista na alínea a), do n.º 2, do artigo 35.º, do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, estabelece em matéria de horário de trabalho o seguinte:

Considerando que:

- 1.** Compete à Entidade Empregadora Pública definir os horários de trabalho dos trabalhadores ao seu serviço, dentro dos condicionalismos legais;
- 2.** A Jornada contínua consiste na prestação interrupta de trabalho, com período de descanso nunca superior a 30 minutos. Determina uma redução do período normal de trabalho nunca superior a uma hora, sendo que no regulamento interno da Câmara Municipal do Crato esta redução foi fixada em uma hora. O tempo de descanso é considerado tempo de trabalho, podendo ser adotada nos casos de atribuição de horários específicos e em casos devidamente fundamentados;
- 3.** Nos termos da alínea g), do n.º 3, artigo 114.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, 20 junho, a jornada contínua poderá ser adotada no interesse do serviço, quando devidamente fundamentado. Ora, atendendo designadamente às altas temperaturas verificadas neste território durante os meses de verão, bem como a critérios de eficácia e eficiência no desempenho das funções dos trabalhadores, verificando-se ainda a aceitação desta modalidade de horário por parte dos trabalhadores integrados nos setores operacionais da Divisão de Serviços Técnicos, depois de ouvidas as estruturas sindicais nos termos da lei, é do interesse municipal a adoção da jornada contínua neste período de tempo;
- 4.** O Regulamento de Horário de Trabalho da Câmara Municipal do Crato, aprovado pela Câmara Municipal na sua reunião ordinária realizada a 6 de fevereiro de 2013, prevê no seu artigo 17.º a modalidade de jornada contínua, bem como na alínea a) do n.º 5 do mesmo artigo prevê que a mesma pode ser aplicada *“sazonalmente quando o interesse do serviço e as condições gerais do mesmo durante o respetivo período do ano o justifiquem”*;
- 5.** Na cláusula 7.ª do Acordo Coletivo de Empregador Público, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 216, de 9 de novembro de 2017, está também prevista a modalidade de jornada contínua, prevendo-se igualmente que a mesma pode ser adotada no interesse do serviço, quando devidamente fundamentado.



CRATO
Município

Assim, determino:

Ao abrigo do disposto na alínea a), do n.º 2, do artigo 35.º, do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a adoção da modalidade de jornada contínua, com os fundamentos atrás referidos e nos seguintes termos:

Horário de Trabalho da Divisão de Serviços Técnicos:

Das 06:00 às 12:00 horas para os Assistentes Operacionais dos Setores da Limpeza Urbana, Recolha de Resíduos e Sapadores Florestais (com a exceção prevista infra).

Período de descanso: 9:00 às 09:30 horas.

Das 07:00 às 13:00 horas para os restantes Assistentes Operacionais.

Período de descanso: 10:00 às 10:30 horas.

O horário não se aplica aos Sapadores Florestais durante o período crítico de risco de incêndio, sendo o mesmo das 13:00 às 19:00 horas, depois de decretado oficialmente.

Devem ser salvaguardadas as situações de serviço urgente no setor das Águas e Esgotos e o transporte escolar, a definir pela Divisão.

Produção de efeitos: a alteração aos horários de trabalho produz efeitos a partir das 00:00 horas de 23 de junho e até às 23:59 horas do dia 8 setembro de 2023.

Município do Crato, 20 de junho de 2023.

O Presidente da Câmara,

(Joaquim Bernardo dos Santos Diogo)